Ata da Quinta Reunião Ordinária do Sexto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Lavras, da Sessão Legislativa de hum mil novecentos e noventa e sete. Aos trinta dias do mês de junho do ano em curso, reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad", os vereadores Álvaro Gustáquio Pedrosa - Presidente; Nilson Teodoro de Carvalho - vice-Presidente; Evandro Castanheira Lacerda - 1º Secretário; Paulo Antônio Cerqueira - 2º Secretário; Edson Costa da Silva - 1º Tesoureiro; Sebastião dos Santos Vieira - 2º Tesoureiro; João Batista de Lezerde; Edson Alves de Abreu; Ennio Mendes de Siqueira; Eduardo Luis Marani; Francisco Gonçalves Batista; Vicente Laime; Cassimiro da Silva; Célio Mateus da Silva; Luis Carlos dos Santos e Sebastião Carlos Soares. Não compareceu à reunião o vereador Camilo Martins André. Aberta a Sessão, a ata anterior foi lida e aprovada. Em seguida, o Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: do Deputado Federal Vittorio Medioli, em resposta ao ofício 893/97, solicitando uma aparelhagem moderna de recepção dos sinais de TV, (ofícios nos 262/97 a 273/97) fazendo informações ofícios nos 048 e 049/97, do Dr. Rômulo Taveira Rentini, fazendo

informações, ofícios nºs 262/97 a 273/97, do Sr. Agenor Alves de Araújo Neto, fazendo informações; of. nº 025/97, do Sr. Osvaldo Rezende Oliveira, fazendo informação; ofício nº 650/97 do Prefeito, fazendo informação; ofício nº 001/97, do Sr. Itamar Mazocchi agradecendo ofício à requerimento do vereador Evandro Castanheira Lacerda; ofício nº 001/97 dos motoristas da Prefeitura Municipal, com abaixo-assinado, solicitando ao Prefeito informações à respeito dos veículos enquadrados e também o nome do motorista que não valoriza propriedades de órgãos Públicos conforme matéria divulgada na Tribuna de Lavras, mencionada pelo vereador Ennio Mendes de Siqueira; atestado do vereador Luiz Carlos dos Santos justificando sua ausência na reunião do dia 23 de junho. Projeto que deu entrada na Casa: 01 Projeto de Lei nº 027/97 - (Autoria do Chefe do Executivo) - "Altera a Redação do art. 3º da Lei nº 2.327 de 13/06/97". Em seguida, o Presidente disse que a Câmara estava recebendo com muito prazer, as visitas do Major Moacyr Carlos de Oliveira, Comandante da 6ª Cia. de Polícia Rodoviária e do Dr. Nemar, Delegado de Furtos e Roubos da 30ª Delegacia, e convidou-os para que fizessem parte dos trabalhos da Mesa. Com a palavra, o Dr. Nemar cumprimentou a todos e se desculpou por não ter comparecido na reunião anterior, quando havia marcado. Disse que na condição de delegado de polícia de Lavras, estavam tentando em todo Estado de Minas Gerais, integrar a sociedade, a comunidade à atividade de Segurança Pública, inclusive aquilo já era disposto na Constituição Federal, que Segurança Pública era obrigação do Estado e dever do cidadão. O Dr. Nemar disse que o objetivo maior em procurar a Casa era que, os vereadores, na condição de repre

sentantes da comunidade, os ajudasse no sentido de conscientizar a sociedade no sentido de procurar a Segurança Pública, que era um trabalho que estava sendo feito pelos Delegados de Polícia, buscando aquela integração, que aquele era o objetivo que o levou à Câmara, que as pessoas que procurarem os vereadores que o assunto fosse levado até eles, usando os vereadores como porta-voz da sociedade com a Segurança Pública. Com a palavra, o Major Moacyr cumprimentou a todos e disse que era um prazer estar ali, que desde que havia assumido o Comando da 6ª Cia de Patrulhamento da Polícia Rodoviária, responsável no Sul e Sudoeste de Minas, fazia um trabalho interativo e acima de tudo com a participação de todos, e era naquele mister que estavam sempre buscando as idéias e opiniões, para que o seu planejamento se aproximasse de uma realidade que já se fazia presente no mundo inteiro, onde por infelicidade, o Brasil era campeão em acidentes, e Minas Gerais já esteve em primeiro lugar no Brasil, e aquilo era algo preocupante, e aquele era o grande fator da sua presença ali, conclamar a todos a participar da campanha de prevenção contra acidentes de trânsito. Com a palavra, o vereador Evandro Castanheira Lacerda cumprimentou a todos e disse que era um prazer recebê-los na Casa, e que Lavras estava muito bem servida, pois no ano anterior teve a infelicidade de ter o seu carro roubado e que o Dr. Demar e sua equipe fizeram um excelente trabalho. Falou também da sua satisfação em Lavras sediar a Polícia Rodoviária. O vereador Ennio Mendes de Siqueira cumprimentou o Major Moacyr e parabenizou

rou-o pelo seu cargo, dizendo que Lavras ficaria muito bem servida e também o Dr Derar, que era um homem batalhador e um dos melhores delegados da cidade, e que a Segurança da cidade estava muito bem feita para o povo. O vereador Paulo Cerqueira também cumprimentou os visitantes e perguntou ao Dr Derar qual o balanço que fazia, desde que havia assumido em Lavras até a presente data, do trabalho da Polícia Civil. O Dr. Derar disse que com relação ao nível de ocorrência, houve uma estabilização, (e) com relação aos crimes de maior relevância social, disse que quando veio para Lavras tinha um nível de ocorrência relativo a assalto de malote de banco, que era um fato de uma certa preocupação, conseguiram naquele período, praticamente apurar todos eles e chegar a autoria, e consequentemente houve uma diminuição muito grande. Com relação ao crime de furto e roubo de veículo, também chegaram a autoria de uma quadrilha que diminuiu sensivelmente o índice de furto de veículos, e achava que o balanço era positivo. O vereador Paulo Cerqueira perguntou ao Major Moacyr se, das rodovias que cercavam Lavras, qual era a mais perigosa e que tinha o maior índice de acidentes. O Major Moacyr respondeu-lhe que era a Rodovia 265 e 354, no setor de Lavras, mas no âmbito da Cia, a campeã de acidentes era a 290 e 050. O vereador Paulo Cerqueira perguntou ao Major a que fato ele atribuia aqueles altos índices de acidentes. O Major Moacyr disse que o trecho da sua Cia, de acordo com as estatísticas, provou que a imprudência do motorista era o maior fator. O vereador Edson Costa da Silva disse que gostaria apenas de cumprimentá-los e desejar

ao Major Moacyr que estava chegando, felicidades no seu trabalho e que sua estada em Lavras fosse longa e profícua. O Presidente Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que gostaria de perguntar ao Dr. Derar e ao Major Moacyr se eles estavam tendo condições de realizarem seus trabalhos condignamente e à altura de suas pretensões. O Dr. Derar disse que eles receberam, nos últimos tempos, um apoio pelo Poder Público no que se referia à informatização e também com o envio de nova viatura; que tinham atualmente um sistema de rádio comunicação instalado em todas as viaturas com toda condição, excelente; que nos últimos meses tiveram um apoio muito grande, mas que a Segurança Pública sempre foi renegada a segundo plano e ele achava que somente iria atender as necessidades da sociedade, quando realmente fosse uma conscientização não só de membros da Segurança Pública, mas também da sociedade como um todo, que tinha que cobrar deles. O Major Moacyr disse que foi recebido com muito calor humano em Lavras e que estavam tendo todo o apoio do Poder Executivo, Legislativo, da Polícia Civil e Militar e que esperava permanecer em Lavras por muito tempo. O vereador Carlos Torres cumprimentou a todos e disse que chegavam à conclusão e tinham a certeza de que, tanto no sentido de trânsito que começou a melhorar, inclusive nas rodovias estaduais, como também os crimes que eram grandes e diminuíram, estavam bem servidos; e perguntou ao Dr. Derar quais foram as primeiras medidas que ele tomou para que aquela criminalidade fosse diminuída. O Dr. Derar respondeu-lhe que a criminalidade se dava, a princípio, com o com

bate, que foi o que fizeram, a princípio, e que a maior contribuição era, sem dúvida, a conscientização do cidadão, no exercício da cidadania, que a sociedade se mobilizasse no sentido de adequar mecanismo direcionado ao sistema penitenciário, construção de cadeias que desse condição humana para que o preso viesse a se recuperar, que era de fundamental importância. O vereador Carlos Torres perguntou se a mudança do efetivo da Polícia Civil havia contribuído também para a diminuição dos crimes. O Dr. Derar disse que achava que sim. O vereador Carlos Torres perguntou a respeito do menor delinquente, que estavam sendo transferidos para a Ijaci e depois soltos. O Dr. Derar disse que era uma preocupação deles aquele problema, que o Estatuto do Menor e do Adolescente teve um avanço social muito grande, o que não houve foi um aparato que atendesse às necessidades determinadas pelo Estatuto, e que eles, atualmente, no caso de delinquentes menores cujo delito era de maior gravidade, era feito uma representação ao juiz e após a consideração do Ministério Público, se fazia um internamento, que nada mais era que ser submetido, ser preso numa condição normal, como outro preso qualquer, que por falta de espaço físico em Lavras estavam sendo levados para Ijaci, mas que era uma situação preocupante. O vereador Carlos Torres falou sobre a fiscalização nas estradas estaduais e federais e disse que achava que deveriam ser mais fiscalizadas. O Major Moacyr falou que faltava material humano, equipamentos e viaturas, porque existia uma estatística que dizia que deveria existir uma patrulha para cada 50 Km de rodovia, que para suprir aquela deficiên

cia, usavam a estatística semanal, e que através dela lançavam o cartão programa que atingia os pontos mais críticos em termos de acidente da semana anterior ou em decorrência de um evento qualquer que intensificasse o movimento de veículos naquela região. Com a palavra, o vereador Nilson Teodoro de Carvalho cumprimentou a todos e perguntou ao Dr. Renan se, no caso de uma pessoa inocente ser acusada, qual o critério usado para que aquele fato não chegasse ao conhecimento de todos? O Dr Renan disse que tinham uma lei de imprensa bastante democrática, que não podiam reter informação à imprensa, e a princípio, toda atividade criminosa, com exceção da Lei de Tóxico, as demais eram fato de natureza pública, e a imprensa tinha acesso à informação, mas a lei também resguardava ao cidadão de que, caso o nome dele fosse veiculado por qualquer órgão de imprensa de forma indevida, ele tinha o direito de apresentar queixa crime e também ingressar com uma ação cível a fim de obter o ressarcimento por danos morais. O vereador Nilson Teodoro disse que, no caso da pessoa ser inocente, se ela não tivesse condições financeiras para retratar-se, até então estaria sendo marginalizada, e perguntou ao Dr. Renan se ele concordava. O Dr. Renan disse que a própria lei de imprensa dava ao cidadão o direito de resposta, e que ele achava que também era um processo de conscientização, que se o caso o cidadão tivesse o seu nome veiculado no órgão de imprensa e de forma indevida, ele deveria procurar aquele mesmo órgão de imprensa que era obrigado a reverter aquela situação, que eles, da Polícia Civil, inclusive orientavam ao órgão de

imprensa, ao divulgar aquele tipo de notícia. Disse que caso ocorressem fatos daquela natureza, eles deveriam ser levados ao conhecimento da justiça, porque quando se veiculava uma notícia na imprensa ela tinha um efeito muito grande. O vereador Nilson Teodoro de Carvalho agradeceu ao Dr. Cerar e parabenizou-o pelo seu trabalho; e falou ao Major Moacyr sobre a situação de Lavras estar dividida com trilho do outro lado da 265, não tendo redutor de velocidade ou passarela. Disse que o Estado podia interceder com aquele pedido, reforçado pelo Major. O vereador Luis Carlos dos Santos agradeceu a presença de todos, principalmente de sua esposa, a qual ele deixa estar ali naquela cadeira, a sua querreira. Também cumprimentou seu amigo João e seu irmão e sobrinhos. Perguntou ao Major Moacyr se havia sido assinado um convênio com a Prefeitura para a apreensão de animais, e se positivo, como estava sendo feito aquele trabalho. O Major Moacyr respondeu negativamente, e disse que eles fizeram uma planta no perímetro urbano, mas que por falta de um local para se colocar os animais a operação havia sido suspensa e o convênio, eles estavam aguardando um pronunciamento da Prefeitura. O vereador Luis Carlos Capa disse ao Dr. Cerar que eles aprovaram um Projeto de doação de terreno para a construção da cadeia, e que a preocupação era que aquela cadeia não fosse uma penitenciária, e perguntou qual era a dimensão da cadeia. O Dr. Cerar respondeu-lhe que pouco conhecia do Projeto, mas que na oportunidade que teve de discutir aquele assunto com o Dr. Cristina, sabia que não seria construída nenhuma penitenciária, que o objetivo era atender a Comarca de Lavras e que a

preocupação era fiscalizar para que aquela construção fosse feita nos moldes do projeto. O vereador Edson Alves de Abreu cumprimentou a todos e agradeceu a presença dos visitantes na Casa, dizendo que Lavras estava muito bem servida, tanto na Polícia Civil como na Militar e Rodoviária, e desejou que Deus abençoasse o trabalho dos mesmos, que era um trabalho difícil, e desejou as boas vindas ao Major Moacyr. O vereador Cassimiro da Silva cumprimentou a todos, agradeceu as presenças do Major e do delegado e perguntou ao Major Moacyr quais as mudanças fundamentais que o novo Código de Trânsito deveria apresentar na visão da Polícia Rodoviária. O Major Moacyr disse que o principal era transformar o homicídio culposo em doloso; que se resolvesse aquilo já resolveria 70% dos acidentes de trânsito que era, exatamente, a imprudência do motorista, com a prisão do infrator, sem direito a fiança. O vereador Cassimiro também perguntou ao Major como ele estava vendo as ações que depunham contra a polícia no país; se aquelas ações refletiam de alguma forma dentro da corporação e alterava a rotina dos trabalhos. O Major Moacyr disse que afetava, mas que acreditava que toda ação gerava em torno de um comportamento que adequava à realidade em determinada situação, que aquele tipo de ação, inobstante alguns atos isolados, criminosamente feitos, ela refletia, na grande maioria, no amadurecimento das entidades, com ordem e bom senso. O vereador Cassimiro perguntou ao Dr. Renan há quanto tempo ele era delegado em Lavras. O Dr. Renan respondeu-lhe que era, há um ano e oito meses. O

vereador Cassimiro perguntou o que limitava o seu trabalho atualmente, como delegado. O Dr. Perar disse que as limitações era carência de pessoal, enfim, que havia carência em todo sentido, mas no contexto global, no que era antes e o que foi lhes oferecido nos últimos tempos, foi um grande avanço. O vereador Cassimiro da Silva disse que como representante do povo, gostaria até de representar aquela Casa e manifestar a solidariedade à Polícia Civil, Rodoviária e Militar, e disse que gostaria de saber o que o município vinha fazendo pela 30ª Delegacia, se existia um trabalho em conjunto, uma integração. O Dr. Perar respondeu-lhe que sim e falou que eles não tinham até bem pouco tempo, instalações adequadas e que, no momento, a situação havia mudado, que tinham uma Delegacia onde possuíam o mínimo de condição de atenção o cidadão, que não podia falar muito da área administrativa porque era mais da área operacional, mas disse que a Prefeitura contribuía, inclusive com o patrocínio de aluguel para acomodação da Segurança Pública, com o servidor público que lhes era cedido e que, sem dúvida (tinha) colaborava muito com a atividade de Segurança Pública. O vereador Eduardo Marani cumprimentou e parabenizou os visitantes, falou sobre o Posto de Policiamento em Ribeirão Vermelho da Polícia Rodoviária, mas que devido a algumas dificuldades não havia sido possível fazer, e perguntou ao Major Moacyr se, com a implantação da Polícia Rodoviária em Jarrds, tinha alguma coisa em vista com relação àquele tipo de Segurança. O Major Moacyr disse que a centralização das frações era um conceito que tinham de sair do quartel, que a Rodoviária tinha que estar na beirada da estrada, só que eles tinham um regime meio arcaico de centralizar no

quartel. Disse que estava sendo construída uma fração na beira da estrada da entrada de Rui, em Passos, em São Sebastião do Paraíso às margens da 050; em Lavras, estava já vislumbrando uma possibilidade, da construção entre o trecho do Restaurante do Gaúcho e a CIAV. O vereador Eduardo Marani disse que ajudaria muito os policiais, pois a pessoa seria abordada na entrada da cidade e qualquer placa ou caso suspeito seria fiscalizado e automaticamente repassado para as polícias que faziam plantão no centro da cidade. Perguntou sobre a Campanha do agasalho que foi feita pela polícia O Major Moacyr falou que partiam do princípio como disse o Dr. Cerra, que se educasse o cidadão, a cadeia ficaria vazia, e se eles minimizassem o sofrimento dos nossos irmãos, acreditavam que com aquela ação, além de fazerem o bem para alguém, estavam também educando, ajudando talvez a evitar um crime ou outra transgressão qualquer, e que estavam tendo apoio da comunidade, da TV Alterosa e do jornal Estado Minas. O vereador Eduardo Marani disse que, aproveitando a presença do Assessor Jurídico da Prefeitura, Dr. Antônio Hamilton, o Major citou que só estava faltando o pronunciamento do Executivo para que o trabalho de apreensão de animais pudesse ser adotado em prática, inclusive com a aquisição de um veículo para o município; que nos outros mandatos que ele já tinha passado, pôde notar uma grande dificuldade com a questão do veículo, porque o dono do animal ficava muito nervoso com o dono do caminhão, e que a polícia era respeitada e iria auxiliar muito aquelas apreensões. O Major Moacyr disse que, complementando, o que estava faltando, era só a definição de um local pela Prefeitura,

da colocação dos animais. O vereador Eduardo Marani agradeceu a presença do Major Moacyr e desejou que ele continuasse a ter sucesso e que seu trabalho sempre fosse voltado também para a área social, ao ser humano, e falou da importância da quebra de barreira que antigamente existia entre a polícia e o cidadão. E perguntou ao Dr. Renar também a respeito do que seria construído, se cadeia ou penitenciária, e disse que na administração anterior foi feito um movimento entre Associação Comercial, entidades, Câmara, executivo, onde todos se reuniram e foi apresentado o que seria feito. que achava que a atual administração estava pecando e pedia que o Prefeito convocasse todas as pessoas que pudessem participar, inclusive a imprensa, para tranquilizar a comunidade, com um movimento, explicando que não será uma penitenciária. O Dr. Renar disse que sempre houve resistência com relação a construção de cadeia, não só em Lavras, mas ela era necessária, pois uma cadeia com condições humanas, recuperava em torno de 80% dos internos, e que o Projeto era de se construir em Lavras uma mini penitenciária com o objetivo de atender especificamente a comarca de Lavras, e que a Lei de Execução Penal previa que o preso deveria cumprir a pena mais próximo de sua família, e atualmente havia presos de Lavras cumprindo pena em Neves, Contagem e Tefilo Otoni. O vereador Ennio Mendes disse que em Lavras tinha muito preso de fora, e perguntou se eles iriam embora. O Dr. Renar disse que a lei tinha que ser cumprida e que o preso de fora não poderia vir para Lavras, se viesse, estava errado. Falou que o objetivo era transferir os presos de fora para as suas cidades, e que a verba que foi liberada para Lavras foi também

liberada para todo o país, que o objetivo do Ministério da Justiça era adequar todas as cidades com vaga carcerária à altura da sua população. O vereador Eduardo Marani disse que talvez ele fosse o maior interessado na construção daquela cadeia, porque juntamente com o vereador Luis Carlos Capapa sabia das dificuldades e problemas que causavam a cadeia no bairro próximo à escola e até bairros próximos, mas que continuava com a sua posição, e de forma alguma achava que o preso merecia um mal tratamento, mas desde que, o que fosse construído não desse margem para que presos de fora viessem para cá. O vereador Sebastião dos Santos Vieira cumprimentou os visitantes e falou ao Major Mosqyr que ouviu que, com a nova mudança do Código Nacional de Trânsito, seria permitido aos carros pequenos rodar com a velocidade de 110 Km/h e perguntou se aquilo não iria aumentar o índice de acidentes, e perguntou também sobre o uso de cinto de segurança. O Major Mosqyr disse que, com relação ao primeiro assunto, atualmente as nossas rodovias já permitiam uma quilometragem acima de 80 Km, e que ele achava que a imprudência não estava estabelecida em 60, 80 ou 120 Km/h, que o motorista imprudente iria cometer imprudência a 140 Km/h como a 30 Km/h, e que dependia da consciência e da educação que ele havia recebido a respeito de trânsito. e com relação ao cinto de segurança, já havia sido provado que 64% dos acidentes fatais e vítimas graves, foram evitados em decorrência do uso do cinto de segurança e já estava provado que ele era vital, também no perímetro urbano. O vereador Sebastião dos Santos Vieira disse ao Dr. Nenar que uma das coisas que o preocupava era aquela Lei do Nena, pois achava que ela protegia muito,

e se veria continuar daquela forma. Perguntou também qual era a diferença exata entre Penitenciária e Cadeia Pública. Dr. Renan disse que na verdade não havia aquela discriminação, que por uma questão até administrativa, foi criado Penitenciária, que seria uma instituição prisional onde recolhia detentos de várias regiões, mas na verdade não havia diferença, que a Lei de Execução Penal definia que o preso após a condenação, tinha que ser encaminhado a um sistema penitenciário separado, do preso que estava aguardando condenação, mas que na verdade aquilo não acontecia e eles ficavam misturados. Falou que o objetivo da mini penitenciária era que, apesar de não fazer aquela separação, desse ao preso condição para ter uma atividade laborativa, assistência médica, da família, religiosa. Com relação a Lei do Menor, falou que realmente aquele Estatuto foi um diploma muito avançado para os dias atuais, e era necessário que se fizesse uma mudança, pois criou-se o Estatuto do Menor e do Adolescente, e nada foi adequado, não se criou nenhuma Casa para atender àquele menor. Com a palavra, o Presidente parabenizou o Dr. Renan e o Major Moacyr e agradeceu pela suas presenças na Casa. Dr. Renan agradeceu pela oportunidade e disse que a Polícia Civil estava à disposição de todos para qualquer dúvida. O Major Moacyr também agradeceu pela oportunidade e reiterou a disponibilidade da Polícia Rodoviária e de sua pessoa, dizendo que continuavam abertos às propostas aos seus planejamentos. Em seguida, o Presidente convidou o Assessor Jurídico da Prefeitura, Dr. Antônio Hamilton para que desse uma explicação a respeito do Projeto de Lei nº 025/97, de autoria do Chefe do Executivo, que "Autoriza o Prefeito Mu

nicipal a firmar compromisso com o Banco do Brasil S/A no sentido de autorizá-lo a efetivar desconto na conta do FPM a favor da CDI/MG condicionando-o ao caso de inadimplência do Município nas obrigações a serem assumidas em convênio a ser assinado entre o Município e a CDI para implantação do Distrito Industrial II". Antes, porém, disse que era para ter sido enviado à Casa um Projeto, que estava sendo elaborado para resolver o problema da apreensão de animais, que eles não tinham um local para colocar os animais, que estavam alugando um terreno e pediriam autorização à Casa para que o proprietário do terreno fosse o responsável pela guarda dos animais e que a multa fosse revertida do mesmo para manutenção. O vereador Cassimiro da Silva sugeriu que entrassem em contato com o Sindicato Rural para colocarem na exposição, pois tinha lugar apropriado. O Dr. Antônio Hamilton disse que poderiam até pensar naquilo. Em seguida, falou sobre o Projeto de Lei nº 025/97, que em setembro do ano anterior, na administração passada, foi elaborado um convênio no qual a CDI transferiria para o município uma área de 90.000 metros quadrados e, em contrapartida, o município faria a infra-estrutura do CDI II. que o valor daquela obra para o município era de cento e vinte e três mil reais; que o Projeto de aprovação daquele convênio veio à Casa e que não sabia porquê, não havia sido aprovado e devolvido. O vereador Eduardo Marami pediu um aparte e explicou que, quando da entrada do Projeto na Casa, já no final do ano passado, ele estava substituindo o então Presidente Evandro Castanheira Lacerda e que fez duas convocações para que os vereadores comparecessem à reunião e infelizmente não houve quórum, e por aquele motivo ele

faria sido devolvido para a Prefeitura. O Dr. Hamilton disse que a TRW tinha necessidade de uma ampliação de uma unidade, em vista da Mercedes Benz ter instalado em Juiz de Fora, e que aquela unidade é para peças da Mercedes Benz. Disse que o convênio passado era de seis meses para a Prefeitura assumir o compromisso com a CDI para a infra-estrutura do CDI II, e que eles acharam que seis meses onerava muito para o município e em contato com o CDI passaram para vinte e quatro meses, a contar a partir de outubro. Falou que a CDI iria doar aquele terreno, que no contrato anterior, iria ser transacionado através do contrato particular entre a CDI e a TRW, (do terreno) porque era de seis meses, sendo de vinte e quatro meses a CDI não poderia outorgar escritura porque não tinha uma garantia do município e a TRW exigiu que a escritura fosse outorgada no ato da assinatura do convênio. que no contrato anterior também falava que seria descontado no FPM, a CDI exigiu da Prefeitura uma carta em que, através de uma Lei autorizativa da Câmara, autorizasse ao Prefeito a emitir um Projeto de Lei ao Banco do Brasil, que em caso de inadimplência do município fosse descontado no Fundo de Participação, e que aquilo era urgente, pois a CDI faria dado um prazo até a próxima quarta-feira para que aquela carta fosse enviada ao Banco do Brasil. O vereador Carlos Torres perguntou qual era o tamanho da área O Dr. Antônio Hamilton disse que era 96.000 metros quadrados. O vereador Eduardo Marani disse que da TRW era quarenta e poucos mil metros quadrados, mas que estava incluído uma rua, onde teria uma avenida e, em baixo, se faria um balão dando aquela ligação do terreno da TRW, e restaria

ainda, ao município, mais duas ou três áreas pertentes para futuras doações. O vereador Eduardo Marani perguntou se a Prefeitura seria responsável por aquela parte de infra-estrutura. O Dr. Antônio Hamilton disse que a infra estrutura para implantação não tinha nada a ver com a Prefeitura, mas água, terraplanagem do terreno, era responsabilidade do município. O vereador Ennio Mendes de Ligueira perguntou se era a Marco XX quem iria fazer. O Dr. Antônio Hamilton respondeu que não; e falou que se não aprovassem aquela carta autorizativa, a TRW seria instalada em Juiz de Fora. O vereador (seu) Eduardo Marani sugeriu que o Projeto passasse pelas Comissões e fosse estudado. O vereador Edson Costa da Silva disse que o que lhe causava estranheza era que um Projeto de tamanha urgência e importância para o município tenha, digo, tivesse dado entrada na Casa há uma semana de fechar o período Legislativo, sem que eles tivessem conhecimento do Projeto anterior, do organograma de preços, sem nenhum estudo prévio do que iria ser votado, e que ele, sinceramente, não tinha a menor condição de votar Projeto de tamanha envergadura sem ter conhecimento do que estava votando. O Dr. Antônio Hamilton disse que a COI havia exigido aquela carta há uns dez dias atrás, porque de início, não tinham exigido nada. O vereador Carlos Torres disse que estranhava, porque um amigo seu desejava abrir uma firma aqui em Lavras, que a Prefeitura tinha um balcão apropriado, que ao levantamento feito, o custo seria de oito mil reais e não pôde vir para cá. que foi para Varginha e gerava em torno de 83 empregos. E que a TRW estava com 80 empregos, foi doado um terreno no valor de quatrocentos mil reais, estava querendo

um terreno de mais 2700 metros quadrados, em troca de que, ele se perguntava, e que sinceramente não tinha condições de votar aquele Projeto no momento. O vereador João Batista de Rezende disse que emprego era importante, mas (que) tinham que olhar também outro lado importante, que era gerar receita para o município, pois o município que não investisse em empresas, estava fadado a ficar no mesmo lugar, como várias cidades estavam. O Dr. Antônio Hamilton disse que no dia seguinte o representante da TRW estaria na Casa para maiores explicações. O vereador Carlos Torres pediu vista ao Projeto. Em seguida, o Presidente colocou os seguintes Projetos para apreciação da Casa: 01. Projeto de Lei nº... 197-(Autoria do vereador Paulo Antônio Cerqueira)-"Cria o Serviço de Transporte Escolar Urbano". O Projeto continuou, digo, foi sustado pela Mesa Diretora. 02. Projeto de Lei nº... 197-(Autoria do vereador Nilson Teodoro de Carvalho)-"Regulamenta a Construção de redutores de velocidade nas ruas urbanas do município e dá outras providências". O vereador proponente apresentou Emendas ao Projeto, que foi aprovada. O vereador Evandro Castanheira Lacerda requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. Em votação, o Projeto foi aprovado. O vereador Nilson Teodoro de Carvalho agradeceu a seus pares pela aprovação. 03. Projeto de Lei nº 020/97-(Autoria do Chefe do Executivo)-"Majora, em decorrência da criação da Coordenadoria Municipal de Apoio e Assistência à pessoa portadora de deficiência, em uma vaga, o cargo de Coordenador no Plano de Cargos e Vencimentos da Administração Pública Municipal e dá outras providências". O Projeto foi sustado pela Mesa. 04. Projeto de Lei nº 020/97-(Autoria do Chefe do Executivo)-"Majora o número de vagas no cargo de Secretário do Quadro Comisso-

nado, símbolo C-1, do Anexo IX, da Lei 2.312, de 03/03/97 - Plano de Cargos e Venci mentos". O vereador Nilson Teodoro de Carvalho liberou o Projeto de seu pedido de vista, em favor da Saúde de Varras. O Projeto foi colocado em primeira votação e aprovado, e determinado para a ordem do dia da próxima reunião para segunda discussão e votação. 05. Projeto de Lei nº 022/97 (Autoria do Chefe do Executivo) - "Retifica Redação do artigo primeiro da Lei nº 2.318, de 11 de abril de 1997 e dá outras providências". Com vista para o vereador João Batista de Rezende. 06. Projeto de Lei nº 023/97 - (Autoria do Chefe do Executivo) - "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1998 e dá outras providências". Lustado pela Mesa. 07. Projeto de Lei nº .../97. (Autoria do vereador Cassimiro da Silva) - "Dá denominação de Rua Dr. Archimedes de Andrade Camisão". O Projeto foi sustado; 08. Projeto de Lei nº 024/97 - (Autoria do Chefe do Executivo) - "Autoriza o Prefeito Municipal a doar imóvel que menciona e dá outras providências". (O Projeto passou pelas Comissões que deram seus pareceres, digo) O Projeto, devido ao adiantamento das horas, teve a sua votação adiada para a próxima reunião, assim como os outros em pauta para a ordem do dia. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiados às autoridades competentes: 01. do vereador Sebastião dos Santos Vieira, solicitando providências urgentes com relação aos buracos existentes nas ruas da cidade, tanto nas ruas centrais quanto nos bairros, haja vista que o estado das ruas se encontra lastimável (subscrito pelos vereadores Hélio Mateus Pago, Luis Carlos Cacapa, Cassimiro da Silva, Vicente Naime e Francisco Gonçalves Batista); 02. do vereador Nilson Teodoro de Carvalho, solicitando o recapeamento asfáltico na rua José Francisco de Cava

lho, onde foram executadas obras para implantação da rede de esgoto há aproximadamente 60 dias e até a presente data não foram concluídas; 03 do vereador Edson Alves de Abreu solicitando que inclua na lista das propriedades que serão beneficiadas com o plano de eletrificação rural as seguintes, todas na localidade "Jabuticabeiras": Enoch Sebastião de Jesus; Antônio Ananias de Carvalho; José de Fátima Silva; Benedito Pecésio de Jesus; José Correa de Carvalho; Luis Correa de Carvalho; Pitér Pedro de Souza; Evaristo Correa de Carvalho; Sander José de Carvalho; Vitor Miguel de Carvalho; 04 do vereador Evandro Castanheira Lacerda, solicitando a colocação de um redutor de velocidade na rua Álvaro Augusto Leite, próximo ao nº 590, a pedido da direção e dos pais de alunos do Colégio Adventista (subscrito pelo vereador Paulo Cerqueira); solicitando a construção de um bueiro na rua Silvio Modesto de Souza, acima do nº 130; solicitando a operação tapa-buracos na rua João Modesto, próximo ao nº 125; solicitando que interceda junto a quem de direito no sentido de criar uma linha de ônibus ligando Lavras a Alfenas (subscrito pelos vereadores Hélio Mateus Pagô, Nilson Teodoro de Carvalho, Paulo Cerqueira e Luis Carlos dos Santos); ao Sr. Cap. Paulo Benjamim Mendes, enviando cumprimentos pela sucesso da Festa Junina realizada na quadra do CNEC nos dias 20, 21 e 22 de junho; ao Sr. Juventino Júlio de Souza, enviando cumprimentos pela posse como governador do Distrito 4560 do Rotary Club de Lavras (subscrito pelos vereadores Hélio Mateus Pagô e Luis Carlos dos Santos); enviando cumprimentos às empresas escolhidas como as melhores, segundo a MDA Pesquisa, ao Sr. Ronaldo Alves, cumprimentando-o pela Associação da

Rua Santana criada pelos comerciantes da referida rua com a finalidade de divulgar o comércio local. 05. do vereador Eduardo Luis Narani, solicitando que exija mais da firma responsável pela limpeza pública, pois o serviço está de péssima qualidade e, caso continue assim, que se contrate, observando a lei, uma nova firma. solicitando providências com relação à Saúde em nossa cidade. sugerindo que se faça um levantamento no cadastramento dos moradores do Bairro João da Cruz Botrel e que a escritura seja lavrada para todos; solicitando atenção especial para os moradores da rua Armando Amaral, próximo ao nº 111, no Bairro Padre Dehon, pois existe uma rede de esgoto que há um bom tempo vem tirando o sossego de todos; solicitando a operação tapa-buracos nas ruas do Bairro Jardim Pabo na, principalmente na rua Azarias Leite, próximo ao nº 56; solicitando a inclusão na lista das propriedades que serão beneficiadas com a eletrificação rural, o Sítio Camarão, de propriedade do Dr. José Custódio Monteiro, na localidade denominada Itirapuã. 06. do vereador Luiz Carlos Cacapa, (a) (dos) Srs.) Maria Josina M. P. Leite, DD Diretora da E. E. Cinira Carvalho enviando cumprimentos pelo sucesso da festa junina realizada naquele renomado educandário (subscrito pelo vereador Evandro Castanheira Lacerda), à Srª. Maria Lucia Martins Silva, DD. Diretora da E. M. Sebastião Botrel Pereira, cumprimentando pelo sucesso da feijoada em benefício da Escola, ao Prefeito, solicitando providências urgentes com relação ao lixo que está sendo depositado no final da rua José Clemente Neto, no Bairro Cascalho, solicitando uma solução definitiva quanto ao esperado ônibus no bairro Jardim Bela Vista, soli-

evitando a inclusão na lista das propriedades que serão beneficiadas com o plano de eletrificação rural, a do Sr. José Maria Cunha, no Sítio Grupiara, próximo ao Rio Capivari, 07. do vereador Paulo Antônio Cerqueira, ao Sr. Dr. Eduardo Brandão de Azeredo, cumprimentando-o pela serenidade e também autoridade com que saube resolver a grave crise da PM (subscrito pelo vereador Evandro Castanheira Lacerda), solicitando que refaça a rua Projetada, ao lado do "Carecão", uma vez que a mesma está desaparecendo; solicitando que determine a retirada do lixo depositado na rua Augusto Vieira, próximo a E.E. Cnira Carvalho e também que seja feita a poda das árvores, uma vez que estão obstruindo a iluminação da referida rua; solicitando a colocação de um redutor de velocidade na rua Zé dos Reis, próximo à J.C. Ferragens; solicitando que interceda junto à TELEMIG no sentido de substituir o telefone público existente na rua Antônio da Costa Ribeiro (Querosene), uma vez que está constantemente com defeito; solicitando a operação tapa-buracos na rua Pedro Gomide, na rua Álvaro Augusto Leite e no final da rua Barbosa Lima; solicitando a limpeza das fossas nas residências de nos 227, 231-A, 295, 955, 965 e 970 da rua Antônio Ribeiro da Costa, no bairro Joaquim Sales, onde o ideal seria a construção de rede de esgoto; 08. do vereador Ennio Mendes de Siqueira, ao Sr. Sebastião Teixeira Campos, D.D. Diretor da CEVEST pré vestibular, enviando seus sinceros cumprimentos pela 1ª colocação entre os cursos de pré vestibular concedida ao CEVEST, de acordo com a última pesquisa realizada (subscrito pelos vereadores Evandro Castanheira Lacerda e Paulo Antônio Cerqueira); solicitando ao Prefeito a possibilidade de indicar uma comissão de funcionários a fim de fazer uma

rigorosa revisão nos nomes das ruas da nossa cidade e na numeração também; solicitando que envie à Casa o valor pago à Empresa Marco XX pela tonelada de asfalto aplicado; solicitando que envie à Casa cópias de todas as notas de autorização para obter combustível desde o dia 02/01/97 até a presente data, bem como informar qual o motivo de adquiri-lo apenas em dois estabelecimentos, apesar de existir na cidade quinze postos aproximadamente, enviando cumprimentos pelas reformas na Praça Dr José Esteves; solicitando que seja feita uma operação limpeza em todos os bueiros existentes na cidade, bem como colocação de tampas e manutenção constante; solicitando que seja feita a mudança de duas importantes secretarias municipais para o prédio da 2ª Divisão, a fim de impulsionar a Zona Norte para o progresso que ela tanto merece; cumprimentando pela feliz indicação do Professor Nera Santana para a direção do CAIC, onde tem demonstrado competência, dedicação e dinamismo (subscrito pelos vereadores Sebastião dos Santos Vieira Paulo Cerqueira, Vicente Naime, Edson Alves de Abreu, Hélio Mateus Pagô, Nilson Teodoro de Carvalho, Eduardo Marani e Evandro Castanheira Lacerda); solicitando que cobre de cada Prefeito da região uma taxa de atendimento para usar o Pronto Socorro Municipal (subscrito pelos vereadores Paulo Cerqueira e Luis Carlos Caçapa); solicitando a relação completa de todas as extensões de energia elétrica colocadas na Zona Rural, feitas às custas da Prefeitura, inclusive nome do proprietário e endereço; informando o estado lastimável em que se encontra a Rua José Mesquita, na Vila Menezes; solicitando que realize melhorias prometidas para a Av. Pedro Sales, a qual continua sendo pista de corrida, ameaçan

do transeuntes. Já ao final da reunião, o vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que gostaria de parabenizar o vereador Francisco Gonçalves Batista, pois aquele dia vencia o seu mandato de dois meses, e disse que aprendeu a conviver com ele, que era uma pessoa honesta, trabalhadora e merecia todo o apoio. O Presidente também parabenizou o vereador "Chico do Pex" dizendo que o pouco tempo que ali estive, conquistou a todos. Os vereadores, todos, cumprimentaram o vereador. O vereador Francisco Gonçalves Batista agradeceu a todos por tê-lo recebido com tanto carinho, que era uma humilde pessoa e pedia a Deus que todos seguissem os seus trabalhos com êxito, e agradeceu novamente pela acolhida de todos os vereadores. Logo após o Presidente convocou a todos para a reunião extraordinária que seria realizada no dia seguinte, as 20:00 hs. Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus, foi encerrada a reunião.

Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Létimo Período de Reuniões da Câmara Municipal de Lavras, da Sessão Legislativa de Hum mil novecentos e noventa e sete. Do primeiro dia do mês de Julho do ano em curso, reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os vereadores: Álvaro Eustáquio Pedrosa. Presidente; Nilson Teodoro de Carvalho - Vice-Presidente, Evandro Castanheira Lacerda - 1º Secretário; Paulo Antônio Cerqueira - 2º Secretário; Edson Costa da Silva - 1º Tesoureiro; Sebastião dos Santos Vieira - 2º Tesoureiro; João Batista de Rezende, Edson Alves de Abreu, Ennio Mendes de Siqueira, Eduardo Luis Marani, Jair Costa, Vicente Naime, Cassimiro da Silva, Hélio Mateus da Silva, Luis Carlos dos Santos e Sebastião Carlos Torres. Não compareceu à reunião o vereador Camilo Martins Andre. Aberta a sessão, o Presidente disse que aquela reunião havia sido marcada para que fossem votados os Projetos em trâmite na Casa, antes do recesso, e na oportunidade adviriam os representantes da TRW, que a Câmara tinha o prazer em receber! Em seguida, colocou os seguintes Projetos para apreciação da Casa: 01. Projeto de Lei Nº 026/97 - (Autoria do Chefe do Executivo) - "Majora o número de vagas no cargo de Secretário do Quadro Comissionado, símbolo C-1, do Anexo IX, da Lei 2.312, de 03/03/97 - Plano de Cargos e Vencimentos. Em segunda discussão e votação O Projeto foi votado e aprovado e determinado para a ordem do dia da próxima reunião para terceira votação e redação final; 02. Projeto de Lei Nº 024/97 - (Autoria do Chefe do Executivo) - "Autoriza o Prefeito Municipal a doar imóvel que menciona e dá outras providências". Em primeira votação secreta. O Presidente convidou os vereadores Luis Carlos dos Santos e Jair Costa para escrutinadores. Quinze vereadores